



Universidade de Brasília
Instituto de Relações Internacionais
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
XVII Curso de Especialização em Relações Internacionais

A psicologia social e o genocídio

Milene Gomes Busoli

Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção
do título de Especialista em Relações Internacionais

Orientador: Professor Pio Penna Filho

Brasília

2015

Resumo

Este artigo busca analisar um dos temas mais polêmicos e trágicos das relações internacionais, o genocídio, sob a perspectiva da psicologia social. A abordagem busca analisar este tema internacional no nível individual, particularmente dos líderes, e de seu poder de manipular as heurísticas mentais humanas para seus próprios interesses. Além disso, o artigo discute a dificuldade da intervenção internacional diante desses casos e o que se pode esperar das instituições internacionais diante de tais tragédias humanas.

Abstract

This article aims to analyze one of the most controversial and tragic topics of international relations, genocide, from the perspective of social psychology. The approach seeks to analyze this international theme at the individual level, particularly the leaders, and their power to manipulate human mental heuristics for their own interests. In addition, this article discusses the difficulty of international intervention in these cases and what can be expected from international institutions in face of such human tragedies.

Palavras-chave: genocídio, psicologia social, relações internacionais

Introdução

O que se propõe examinar neste artigo é a dinâmica do genocídio sob a perspectiva da psicologia social e das relações internacionais. De acordo com a psicologia social, os fatores psicológicos que estariam por trás da violência de massa são ubíquos ou endêmicos entre os humanos, fazendo parte da nossa natureza. Por que, então, o genocídio não é mais comum? Por que ele não é tão comum quanto a violência urbana? A premissa inicial do artigo indicava que a resposta para tal pergunta fosse a raridade dos líderes, mas a pesquisa acabou fortalecendo outra ideia: o ódio. Seria a personalidade por trás do genocídio que a torna, felizmente, mais rara.

O genocídio é um fenômeno internacional cuja frequência ao longo da história sugere que mesmo a formação dos Estados nacionais e dos regimes e instituições multilaterais não foram capazes de conter essa violência extremada. Nem mesmo os regimes mais atuais, que valorizam os direitos humanos e estabelecem punições contra ações genocidas, foram e são suficientes para resolver esse problema.

No artigo, o conceito de genocídio proposto pela Organização das Nações Unidas (ONU) é analisado e se discute que, talvez por sua abrangência, não seja adequado para diferenciar a violência impessoal movida por ganância ou poder, da violência pessoal, movida pelo ódio e intolerância, característica do genocídio.

Além disso, a psicologia social demonstra, infelizmente, que a pretensão de intervenção internacional humanitária contra o genocídio, quando não há interesse econômico ou político envolvido, é uma ideia romântica, talvez ingênua, que serve mais como conteúdo de discursos do que como prática eficiente de investimento de dinheiro público e de solução efetiva para esse drama que acompanha a humanidade há tanto tempos.

A ênfase principal do trabalho é no nível individual de análise, no poder dos líderes de influenciar nossa tendência psicológica à obediência e conformidade, mas o artigo também aponta quais os fatores domésticos essenciais para que a população esteja vulnerável a lideranças extremistas.

Seriam as decisões de política interna e externa melhor entendidas como

reflexo das crenças e personalidades dos tomadores de decisão, da situação doméstica estatal ou das características do sistema internacional? O artigo propõe que o peso maior é sempre do indivíduo, embora os fatores de influência sobre sua decisão possam ser internos/psicológicos, a situação doméstica do seu Estado ou a situação internacional. Estados não tomam decisões, tampouco instituições. Indivíduos tomam decisões. Pode-se avaliar a situação estatal ou internacional existente à época de qualquer decisão, mas no fim das contas é a percepção do indivíduo sobre a situação que determina sua decisão.

O conhecimento das particularidades de quem formula a política é essencial para o entendimento da natureza das decisões. É no processo cognitivo dos tomadores de decisão que todos os níveis de análise são integrados.

Conceitos iniciais – genocídio

Existem diferentes formas de violência em massa: genocídio, guerra, terrorismo, rebeliões, linchamentos, massacres. O termo “genocídio” foi cunhado por Rafael Lemkin, um judeu polonês que escapou do Holocausto e pressionou para o reconhecimento desta forma de assassinato em massa pela Convenção das Nações Unidas (Dutton, 2007, p.21).

A convenção para a prevenção e a repressão do crime de genocídio foi adotada pela ONU em 9 de dezembro de 1948, por unanimidade. De acordo com o artigo I, entende-se por genocídio quaisquer dos seguintes atos, cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, tais como:

- assassinato de membros do grupo;
- dano grave à integridade física ou mental de membros do grupo;
- submissão intencional do grupo a condições de existência que lhe ocasionem a destruição física total ou parcial;
- medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo;
- transferência forçada de menores do grupo para outro (Souza, 2011).

Além de definir o crime, varias obrigações são impostas aos Estados que ratificam a convenção, como criar legislação para a punição do genocídio cometido em seus territórios, não permitir como defesa o fato de estarem em atuação oficial, cooperar com a extradição de suspeitos e não tratar o genocídio como crime político (Bloxham et al., 2010, p.128).

Conceitos iniciais – psicologia social

Brehm e Kassin (1996) definiram a psicologia social como "o estudo científico da forma como as pessoas pensam, sentem desejos, e agem em situações sociais" (Newman, 2002, pg.44). A visão tradicional da psicologia é orientada para a análise do caráter ou das tendências individuais das pessoas (chamadas disposicionais), já a psicologia social questiona até que ponto o comportamento manifesto das pessoas pode ser influenciado ou causado por fatores externos ao indivíduo, como a situação ou o ambiente (Zimbardo, 2007, p.23).

As pesquisas em psicologia social mostram que recrutar pessoas para atos violentos se prova incrivelmente fácil. A polêmica em torno disso é que a aplicação da psicologia social ao genocídio tornou-se emaranhada em um debate moral sobre se uma ênfase nos preditores extrínsecos do comportamento consegue ser conciliado com a ideia de que as pessoas devem ser moralmente (e legalmente) responsáveis pelas escolhas que fazem e pelas suas ações. Será que as pessoas podem ser responsabilizadas por algo que poderia acontecer com qualquer um na mesma situação? A psicologia "situacionista social", designa uma corrente de pesquisa que enfatiza como variáveis situacionais provam-se determinantes do comportamento individual e de grupo. 'Situacional' contrasta com "disposicional", este último uma ênfase em fatores específicos da psicologia do indivíduo, o que chamamos de personalidade ou caráter. Ao enfatizar a importância de fatores situacionais, as experiências da psicologia social constroem cenários que exigem das pessoas o desafio de suas normas internas ou de seus limites normativos. O paradigma da psicologia social ensina que as pessoas têm uma tendência poderosa para se conformar às normas explícitas ou implícitas nos contextos sociais e institucionais,

independente de suas tendências ou valores pessoais (Bloxham et al., 2010, p.199).

Explicações relacionam-se a causas e causas podem ser facilmente usadas para mitigar agência, liberdade de escolha ou responsabilidade. Parece que, quanto mais se explica, menos as pessoas podem ser responsabilizadas. No entanto, corretamente entendida, considerações situacionistas, ou que levam em conta fatores extrínsecos ao indivíduo explicam, porém não implicam em diminuição de imputação de responsabilidades. Embora as pesquisas da psicologia social tenham sido muito discutidas durante quase quatro décadas, suas implicações permanecem subvalorizadas. A razão para isso pode ser a imagem desagradavelmente rasa que ela sugere do que realmente orienta o comportamento humano, pois os experimentos sugerem que as pessoas simplesmente se adaptam às normas presentes na situação em que se encontram e não “carregam” seus padrões e valores anteriores (Bloxham et al., 2010, p.200).

Os experimentos mais clássicos e de referência na psicologia social são os de Asch, Milgram e Zimbardo. Uma característica interessante e importante desses experimentos clássicos é que, em cada caso, os resultados provaram o contrário das expectativas dos experimentadores. Profissionais da área, quando solicitados a dar uma previsão dos resultados, achavam que a maioria não iria se conformar ou seguir a autoridade *contra* seus valores morais anteriores, e não foi o que aconteceu.

Os experimentos de Milgram e Zimbardo demonstram, por exemplo, o efeito de “conformidade”, sendo uma explicação extremamente convincente para prever tanto o grau de participação de pessoas comuns em episódios de violência em massa, quanto o entusiasmo sádico que certos indivíduos investem em papéis para os quais foram aleatoriamente designados. No de Milgram sujeitos administram choques à pessoas independente dos protestos destas, obedecendo à instrução de “continuar”; e no de Zimbardo estudantes universitários colocados aleatoriamente nos papéis de guarda passam a agir de forma sádica contra os colocados no papel de prisioneiros, que ora se submetem sem contestar, ora se rebelam sem, no entanto, questionarem o experimento, que teve que ser interrompido em menos de uma semana devido ao nível de sadismo e arbitrariedade.

Tomados em conjunto, estes experimentos indicam que se requer pouco incentivo para recrutar pessoas para fins agressivos. Quando, por qualquer razão, o

que antes era normativo desaparece, as pessoas vão simplesmente se adaptar ao que é esperado delas naquela situação (Bloxham et al., 2010, p.204-6).

Situações não determinam um comportamento, mas restringem as opções de reação, e a tendência para se conformar torna a liberdade de escolha bastante discutível. Um tipo de mentalidade de rebanho supera efetivamente qualquer possibilidade real de se comportar de outra forma. Nada nos experimentos de Milgram ou de Zimbardo torna a situação inerentemente patológica. A "patologia" consiste no investimento impensado que as pessoas fazem nos papéis entregues a elas por um acidente do destino (Bloxham et al., 2010, p.209).

Genocídio – fatores de risco

O que será que leva cidadãos de um grupo a odiarem os de outro a ponto de querer segregá-los, atormentá-los, e até mesmo matá-los? O ódio e a violência exigem uma "imaginação hostil", uma construção psicológica incorporada profundamente pela propaganda que transforma os outros em "o inimigo" (Zimbardo, 2007, p.27). O caminho da violência de massa inclui a estigmatização, a desumanização, o desengajamento moral, a exclusão moral, a impunidade, além de fatores de risco histórico associados ao grupo, o papel dos líderes autoritários, e a manipulação de fatores psicológicos sociais (Woolf, 2005, p. 101). O genocídio aconteceria quando se tem a “tempestade perfeita”: o contexto histórico de preconceito entre grupos, o momento histórico de estresse, a natureza humana e suas heurísticas mentais e o líder que instiga a obediência e a violência. E são esses fatores que vamos abordar separadamente a partir de agora.

As heurísticas mentais e o preconceito

A maneira distorcida como a mente humana percebe o mundo cria preconceitos. Nossa mente usa “atalhos” ou heurísticas para processar rapidamente a informação sobre o mundo que nos cerca, isto é, em geral tiramos conclusões imediatas a respeito de fenômenos, a não ser que tenham forte impacto nas nossas

vidas, quando então pensamos mais demoradamente a respeito deles (Woolf, 2005, p. 109). Uma vez estabelecida uma associação ou crença, tendemos a buscar informações que confirmam essas crenças ao invés de material que desacredite as mesmas, fenômeno que a psicologia chama de *viés de confirmação*. Esse fenômeno de perseveração da crença explica a tenacidade com que grupos mantêm suas crenças, não obstante a eventual flagrante falta de lógica e/ou evidência das mesmas (Woolf, 2005, p. 109).

Outra heurística usada pela mente humana chama-se *viés de atribuição*, que é a tendência de atribuir comportamentos ou atitudes a traços de caráter ou personalidade, ignorando explicações situacionais, por exemplo tendemos a pensar que alguém que não está fazendo seu trabalho é preguiçoso, e não que esteja passando por algum momento difícil (Woolf, 2005, p. 108).

Pesquisas mostram que é psicologicamente possível permanecer cego para como podemos afetar e até mesmo moldar o comportamento de outras pessoas. Assim, executores de violência não só julgam as vítimas com base em seu comportamento e aparência, sem levar em conta como as circunstâncias afetam esse comportamento e aparência, mas eles são capazes de manter-se cegos mesmo quando eles próprios criaram as circunstâncias. Em geral, quando as pessoas são instruídas a atribuírem causas ao comportamento de outra pessoa, eles não prestam atenção suficiente à situação em que a pessoa se encontra. Em vez disso, as pessoas voltam-se para traços de personalidade que expliquem o comportamento. O "viés de atribuição" é um dos achados mais conhecidos e robustos da psicologia social. Em alguns dos estudos clássicos, por exemplo, as pessoas vêem alguém literalmente ser mandado a expressar uma opinião. Quando eles são convidados a relatar o que eles pensam ser as verdadeiras crenças daquela pessoa, eles concluem que ela realmente tinha a opinião expressa, embora tenha sido totalmente claro que a opinião foi expressa sob coação. O resultado inacreditavelmente não mudou mesmo quando quem atribuíam as crenças da pessoa havia sido quem as coagiu (Newman, 2002, pg.58).

Outra heurística é a tendência da mente humana a dividir o mundo entre "nós" e "eles", entre os "de dentro" e os "de fora" do grupo. O grupo com o qual nos identificamos se torna parte essencial da nossa identidade social. É importante que

nossos grupos sejam bem vistos para que nossa identidade social também o seja. Para isso, pessoas são capazes de fazer todo o possível para enaltecer sua identidade social e garantir que seus grupos sejam altamente valorizados e distintos de outros grupos, um fenômeno chamado *viés de grupo*. Uma consequência potencial de tal viés é o preconceito, a discriminação e, por vezes, a violência direcionada aos de fora do grupo (Woolf, 2005, p. 108). É normal que os pertencentes ao grupo criem e mantenham estereótipos e atitudes negativas contra os de fora, porém, com o tempo, esses estereótipos se tornam institucionalizados de tal forma que características sejam atribuídas a todos os membros do grupo de fora, *a priori*, dando origem à discriminação (Woolf, 2005, p. 114).

Pesquisas mostram uma forte relação entre comportamento preconceituoso e agressividade. Indivíduos com tendência pessoal à hostilidade ou ameaça são mais propensos a perceber uma intenção agressiva em ações de outros. Quando se aceita a violência psicológica e física culturalmente, comportamentos de ódio podem ser simplesmente ignorados ou negligenciados quando direcionados a grupos de fora. Líderes nessas culturas podem promover ou desencorajar tais comportamentos de acordo com seus interesses ou crenças pessoais (Woolf, 2005, p.102).

Natureza humana – conformidade ou mentalidade de rebanho

As experiências de Asch (1956) fornecem alguns dos exemplos mais convincentes da pressão da conformidade. Nos experimentos, cerca de 40% de todas as participações das “cobaias” eram de conformidade, e três quartos dos participantes se conformaram pelo menos uma vez (Newman, 2002, pg.48). No experimento de Asch os participantes eram levados a identificar uma linha obviamente mais curta como a mais longa, em um conjunto de linhas, se a maioria dos outros em seu grupo a escolhesse. A conclusão é que a pressão para se conformar surge pelo simples desafio implícito de contrariar aqueles que já anunciaram uma decisão.

O ponto central demonstrado por esses experimentos diz respeito ao poder da “conformidade”: a disposição incrível de pessoas simplesmente assimilarem e se conformarem às normas das situações em que se encontram. As pesquisas revelam,

consistentemente, que pessoas dizem ou fazem coisas que eles acreditam ser erradas, ou não dizem e fazem coisas que eles sentem ser apropriadas, quando eles acreditam que seus sentimentos, crenças ou preferências são distintos daqueles de outras pessoas que estarão observando e avaliando o seu comportamento.

Tais processos de conformidade com o grupo dominam a psicologia da violência de massa que, treinados ou propensos a se submeterem à autoridade, e doutrinados na ideologia, submetem sua decisão individual ao grupo e seus líderes. O "nós" adquire poder substancial, no lugar do "eu". Com os limites individuais enfraquecidos, há contágio emocional, e disseminação de sentimentos entre os membros do grupo, e reações comuns a eventos. A percepção da realidade passa a ser moldada pelo sistema de crenças compartilhadas e pelo apoio que recebem uns dos outros na interpretação de eventos. Contrariar as opiniões do grupo se torna cada vez mais improvável (Newman, 2002, pg.24).

Natureza humana – obediência à autoridade

Desde as experiências dramáticas de Stanley Milgram (1965, 1974), a obediência à autoridade tem sido vista como determinante para entender o comportamento de executores de violência (Newman, 2002, pg.21). Os experimentos de Milgram reconceituaram o tema da obediência, deslocando o foco da obediência por coação para a deferência à autoridade induzida pela situação. Milgram incluiu o poder do Estado como legitimador e difusor de ideologias como um fator que ajuda a definir a "situação" (Newman, 2002, pg.4).

Milgram estudou a medida em que pessoas comuns seguiriam diretrizes de uma figura de autoridade e causariam danos a outros seres humanos. No experimento, participantes escolhem causar dor apesar de não terem antecedentes de uma disposição de fazê-lo. O trabalho de Milgram envolve principalmente questões de escolha. Para resumir, o "experimento Milgram" (e suas variações) envolve indivíduos que acreditam que estão administrando choques elétricos para alguém como parte de uma experiência de aprendizagem. O núcleo desta experiência diz respeito ao limite no qual os indivíduos continuam a infligir os choques elétricos

apesar dos apelos e gritos vindos da suposta vítima. Em algumas variações, mais de 60-65% dos indivíduos aplicam regularmente os choques até o limite máximo (450 volts). Não há coação alguma do indivíduo a não ser pela regra que requer que ele “obedeça” aos protocolos do experimento (Bloxham et al., 2010).

O achado mais importante foi que, em geral, os níveis de obediência eram alarmantes. Milgram demonstrou, assim, que pessoas normais são capazes de se envolver em comportamentos agressivos e desumanos simplesmente porque uma figura de autoridade pede-lhes para fazê-lo (Newman, 2002, pg.47).

Natureza humana – incorporação de papéis atribuídos e poder da situação

Em geral os perpetradores diretos não são forçados ou pressionados pelas autoridades a obedecer. Em vez disso, eles se juntam a líderes ou a movimentos que os moldam e orientam a se tornar perpetradores. Líderes e executores compartilham uma inclinação cultural-social. Eles são parte da mesma cultura e passam pelos mesmos problemas cotidianos; eles reagem com necessidades semelhantes e compartilham a inclinação para os mesmos modos potencialmente destrutivos de fuga ou alívio. Muitos que se tornam executores diretos aderem voluntariamente ao movimento e se submetem a papéis que, no final, os levam a cometer violência em massa (Newman, 2002, pg.21).

A literatura sobre *dissonância cognitiva* mostra que quando as pessoas são levadas a se envolver em comportamentos que violem os seus padrões normais, eles serão motivados a mudar suas racionalizações e crenças para reduzir a discrepância entre o seu comportamento e suas cognições. Estudos confirmam que a *pressão sutil* para se comportar de maneira contraditória a um valor próprio é muito mais eficiente em conduzir à dissonância cognitiva e mudança de atitude do que tentativas *autoritárias* de manipular o comportamento (Newman, 2002, pg.53).

Até que ponto somos criaturas da situação, do momento, da multidão? Todos podemos perceber como o comportamento das pessoas pode mudar de acordo com a situação em que se encontram. Zimbardo (2007) constrói a tese do poder do sistema, ou como instituições podem transformar ideologias em procedimentos, em parte da

burocracia.

Zimbardo foi o chefe do Experimento da Prisão de Stanford, que envolveu atribuir, aleatoriamente, estudantes universitários para papéis de prisioneiros ou de guardas. O experimento teve de ser encerrado depois de apenas alguns dias por causa da brutalidade investida pelos “guardas” em seus papéis e os efeitos psicológicos debilitantes sobre os “presos”. O objetivo teórico era estabelecer como as estruturas, funções ou situações triunfam sobre fatores disposicionais (psicológicos pessoais) como determinantes do comportamento. Outro resultado inesperado foi o prazer experimentado pelos indivíduos exercendo um poder arbitrário sobre os outros. Os papéis foram deixados sem especificação com o propósito de ver como aqueles designados para a função os preencheriam. Os participantes não tinham treinamento prévio nos papéis atribuídos. A aprendizagem social anterior de cada sujeito sobre o significado das prisões e os comportamentos associados aos papéis de prisioneiro e guarda foi a única fonte de direção. O desenho do experimento sugere que a crueldade e o sadismo dos executores simplesmente surgem; não tendo que ser planejadas.

O Batalhão de Polícia 101 nazista é hoje notório pelas conclusões que foram tiradas a partir de suas ações e características. Os recrutados faziam parte da polícia de reserva de meia-idade, e foram selecionados aleatoriamente, sem treinamento prévio nem doutrinados especialmente para a sua tarefa; eles poderiam ser caracterizados como pessoas "comuns" e, por isso, bem representativa de uma amostra aleatória dos executores nazistas. Aqueles que se encontravam nessas unidades e, no entanto, recusaram-se a matar, não eram obrigados a fazê-lo e não sofreram quaisquer repercussões significativas, ou punição, por sua recusa. Entre os que mataram, porém, muitos o fizeram com avidez. Essa crueldade gratuita pode ser entendida não apenas como um reflexo do ódio e desprezo iniciais para com as vítimas, mas também como o produto de um processo progressivo de violência e desvalorização da vítima, em que as pessoas são alteradas pelo que fazem. (Newman, 2002, pg.4)

Ainda mais assustador parece ser que classificar as pessoas tem o poder de mudá-las, e pode mesmo mudar seu passado. Uma ilustração dramática do efeito pode ser encontrada na descrição de Zimbardo do caso conhecido em que uma

professora, Jane Elliott, discrimina seus alunos por uma característica escolhida arbitrariamente (a cor dos olhos). Os alunos percebem rapidamente que a discriminação existe e determinam o grupo a que pertencem. Eles então se comportam tanto como aqueles com direito a privilégios ou aqueles que esperam discriminação. Embora simples em termos de estrutura, o caso indica o poder de categorização e como adaptação às normas contextuais cria e sustenta certos padrões de comportamento. Os indivíduos, em seguida, se adaptam e habitam essas categorias, tornando-as reais (Bloxham et al., 2010, p.213).

Uma série de estudos com crianças, descobriu que envolver crianças em esforços para ajudar os outros aumenta seu comportamento de ajuda na idade adulta. Até mesmo a intenção expressa de ajudar também aumenta o comportamento em adultos. Da mesma forma, prejudicar os outros aumenta progressivamente a capacidade de prejudicar posteriormente. Nos experimentos em que os "professores" administram choques nos "aprendizes" que cometem erros em uma tarefa, os professores que estabelecem seus próprios níveis de choque aumentam progressivamente a intensidade do choque durante os ensaios (mesmo controlando a taxa de erro do aluno). As pessoas aprendem e mudam como resultado de suas próprias ações (Newman, 2002, pg.22).

Quando existe um conflito entre o valor moral e outras motivações, as pessoas podem reduzir o conflito, substituindo o valor moral por outro valor que seja menos rigoroso ou que não seja um valor moral, mas que passa a ser tratado como tal. Os perpetradores excluem as vítimas do seu universo moral. As proibições que normalmente inibem a violência perdem força. Mesmo objetivos básicos como a autoproteção, passam a ser subordinados ao objetivo "maior", que se torna o guia dominante para a ação. Há uma inversão de moralidade, de modo que a morte se torna a coisa certa a fazer. O exemplo de grupos terroristas mostra que mesmo a própria vida pode ser subordinada a um compromisso fanático com uma causa assassina (Newman, 2002, pg.24).

A “*crença no mundo justo*” ou na “*teoria do mundo justo*” é também um mecanismo psicológico importante neste processo de escalonamento da violência. Assumindo que o mundo é justo, e que as pessoas “têm o que merecem” por suas ações ou caráter, os executores passam a desvalorizar as pessoas que eles próprios

prejudicaram, mudando inclusive sua autopercepção. Eles passam a se ver capazes e dispostos a se envolver em atos prejudiciais ou violentos contra pessoas, por “boas razões”, incluindo ideais elevados de uma ideologia (Newman, 2002, pg.22).

Moldando a cultura

Sémelin (2009, p. 74) cita três fatores essenciais para o escalonamento da violência contra um povo: a criação da distinção nós x outro; a busca de uma “pureza” essencial do “nós” e, por último, a necessidade de segurança. O medo entra como fator decisivo para a deflagração da violência. “Quanto maior o ódio, menor o medo”.

O processo começa com a criação de concepções estereotipadas, desumanizadas do outro. O outro como inútil, como todo-poderoso, como demoníaco, o outro como um monstro, como uma ameaça fundamental para nossos valores e crenças. Com o medo e a sensação de ameaça iminente do inimigo, pessoas razoáveis passam a agir irracionalmente, pessoas independentes agem em conformidade cega, pessoas pacíficas agem como guerreiros. Imagens visuais dramáticas do inimigo em cartazes, televisão, capas de revistas, filmes, e a internet acessam os recessos do sistema límbico, o cérebro primitivo, e desencadeiam poderosas emoções de medo e ódio (Zimbardo, 2007, p.28). “O sentimento de identidade do grupo vizinho passa a ser percebido como ameaça. A ação se torna, então, inelutável: já que eles querem nos matar, vamos matá-los antes” (Sémelin, 2009, p. 82).

Culturas que toleram mais a violência apresentam certos padrões de comportamento: uso da agressão como norma para resolução de conflitos; a interpretação de conflitos como antipatia e ameaça; uma ideologia de supremacia alicerçada em um histórico de desumanização, institucionalização de preconceitos e falta de tolerância à diversidade. Culturas com histórico de agressividade e violência e que glorificam a mesma por meio de paradas militares ou mídia de heróis violentos, estariam sob maior risco de perpetuar a violência (Woolf, 2005, p.102).

Outras culturas valorizam e incentivam a complacência, a conformidade e a

obediência. Rituais e padrões culturais, seja em estruturas comunitárias, corporativas, educacionais ou religiosas, ajudam a perpetuar essas características, tornando-se ainda mais saliente com a introdução de uma figura de autoridade. Os estudos de obediência de Milgram demonstraram o efeito poderoso que uma figura de autoridade pode ter sobre o nosso comportamento. A presença de autoridade, juntamente com a técnica de progressão de atos menores de conformidade para cada vez maiores níveis de envolvimento é uma técnica comumente utilizada por líderes para incitar a violência (Woolf, 2005, p. 110).

Ideologia de supremacia. Uma das principais diferenças entre o patriotismo e o nacionalismo é que este detém em seu núcleo um viés etnocêntrico e a crença na superioridade nacional. A ideologia da supremacia dentro de uma cultura é baseada na desumanização do "outro" e na institucionalização concomitante de preconceitos. A história ensina que os grupos que são tradicionalmente marginalizados, mas que atingiram um certo grau de sucesso e assimilação dentro da cultura mais ampla, estão sob maior risco em tempos de crise (Woolf, 2005, p. 104).

Ideologia de antagonismo. Em culturas que incentivam uma ideologia de antagonismo, identidades individuais são, em parte, moldadas pela percepção de si em conflito com um "outro", manipulando os medos e a ansiedade da população. Com isso, líderes e outras elites podem influenciar percepções para a promoção de seus interesses (Woolf, 2005, p. 103).

Com o tempo, normas sociais tornam-se institucionalizadas e sustentadas, mesmo na ausência de decisões conscientes de aceitarmos essas normas. O que faremos diante de escolhas pode até ser livre, mas as opções que estão abertas para nós são restritas pelas configurações sociais imediatas. As pessoas criam a si mesmas dentro de espaços e categorias institucionais dadas, que não foram criadas por elas (Bloxham et al., 2010, p.214).

O poder do estresse

Condições de vida estressantes favorecem processos psicológicos e sociais, tais como ideologias destrutivas e busca por um bode expiatório. Tais processos não

levam diretamente ao genocídio, no entanto, eles colocam grupos contra si. O conflito em geral ocorre entre grupos dominantes e grupos subordinados com direitos limitados e acesso limitado a recursos. Tais conflitos afetam profundamente as necessidades de segurança e autoidentidade positiva do grupo dominado (Newman, 2002, pg.14).

A teoria do *bode expiatório* postula que, quando as pessoas estão frustradas, como durante crises econômicas ou sociais, tendem a agredir grupos de fora. De acordo com a teoria, grupos que têm uma capacidade limitada de se defender, como mulheres, crianças e minorias étnicas e religiosas, tendem a ser os principais alvos de agressão (Woolf, 2005, p. 113).

Crises (sejam políticas ou econômicas) podem ser muito inquietantes e desorientadoras para os indivíduos e podem resultar em perda de orgulho como grupo, uma escalada de medo, frustração de necessidades e desejos, confusão sobre a identidade pessoal e aumento do preconceito. Outros fatores que podem desestabilizar um povo incluem preocupações sobre a soberania das terras e recursos, dominação de determinado partido, interferência estrangeira, atribuição desigual de acesso ao poder e recursos, escassez de recursos, crises ambientais e ameaça de conflito ou de guerra. Todos esses fatores aumentam a probabilidade de animosidade e violência. Além disso, em tempos de crise, muitas pessoas são atraídas para grupos religiosos, políticos, cultos, grupos de ódio, e assim por diante. Organizações como estas podem fornecer segurança, um sentido de pertencimento e de identidade (Woolf, 2005, p. 105).

Em grande medida, as pessoas se definem por pertencer a grupos, o que torna sua identidade social importante. O conceito do grupo se torna ainda mais importante em tempos difíceis à medida que a incapacidade de lidar com os problemas da vida ameaça a identidade pessoal. Com o tempo, porém, a incapacidade do grupo para ajudar a satisfazer as necessidades básicas e a desorganização social também ameaçam o conceito do grupo. Em face de condições de vida persistentemente difíceis, os grupos discriminados são ainda mais desvalorizados e perseguidos. Diminuir os outros é uma forma de elevar a si mesmo. A desforra contra grupos rivais protege a identidade, reduzindo o sentimento de responsabilidade em relação aos problemas. Ao fornecer uma explicação para os problemas, a desforra oferece a

sensação de eficácia ou controle. O “bode expiatório” pode unir as pessoas, fornecendo assim a necessidade de conexão positiva e apoio em tempos difíceis. Ao longo do caminho, os membros do grupo “inimigo” são cada vez mais desvalorizados e, no final, muitas vezes excluídos do domínio moral. Os valores morais que protegem as pessoas contra a violência ficam inoperantes em relação a eles. (Newman, 2002, pg.19)

A pesquisa clássica de Miller e Bugelski (1948) demonstrou que adolescentes em um acampamento de verão, privados de uma noite no cinema, exibiram um forte aumento no preconceito direcionada para grupos com os quais eles não tinham contato. Em outro estudo, pesquisadores manipularam o nível de embaraço dos participantes, levando-os a acreditar que foram responsáveis por derrubar uma pilha de cartões de computador. Os resultados revelaram que os participantes que estavam envergonhados exibiram mais hostilidade contra os membros de fora do grupo (Woolf, 2005, p. 105).

Nos tornamos maniqueístas diante do estresse psíquico: “a estrutura binária (bem x mal) responde ao funcionamento elementar do psiquismo humano em situação de crise” (Sémelin, 2009, p. 62).

Regimes transitórios, aqueles que se deslocam entre autoritário e democrático, estão entre os que têm mais risco político de desencadear um genocídio. De fato, regimes que cometeram genocídio e violência em massa muitas vezes estavam no meio de transições democráticas com reivindicações nacionalistas étnicas em nome do governo majoritário (Bloxham et al., 2010, p.174).

A Dificuldade da Intervenção Humanitária

No prefácio de seu livro, o general canadense Romeo Dallaire, que comandou as tropas da ONU em Ruanda, relata a avaliação de um grupo de burocratas da ONU que analisou a situação nas primeiras semanas do genocídio. Sua decisão sumária: “Nós vamos recomendar ao nosso governo não intervir, posto que os riscos são altos e tudo o que há aqui são seres humanos” (Dallaire, 2004).

A cada passo ao longo do caminho para o genocídio, a intervenção torna-se mais difícil. Logo no início, os líderes dos grupos ou nações podem estar mais abertos à intervenção externa a medida que sentem que podem ser perdoados por suas ações. Além disso, a população pode estar mais aberta à mudança social, à assistência em relação à crise, ou a novos líderes. No entanto, mais tarde no processo, a intervenção torna-se cada vez mais difícil. Os líderes e as elites que moveram a sociedade ao longo do caminho para a violência em massa e genocídio, com um sentimento de impunidade, terão então pouca motivação para a mudança, e o medo da punição aumenta. Além disso, ao longo do tempo a população fica cada vez mais fortemente comprometida com a ideologia da violência em massa e do genocídio, devido a fatores como a dissonância cognitiva. Finalmente, o tempo permite que os líderes autoritários consigam solidificar seu controle sobre vários aspectos da sociedade, dos meios de comunicação à economia, tornando a intervenção cada vez mais difícil (Woolf, 2005, p.118).

Justificativas psicológicas para a conformidade e a inação incluem difusão da responsabilidade e ignorância. Em tempos de crise, as pessoas em multidões são menos propensas a intervir, a medida que a responsabilidade pessoal de ajudar torna-se diluída. Além disso, temos a tendência de olhar para os outros para compreender uma situação e, se os outros parecem despreocupados, decidimos também que deve haver pouca razão para intervenção. Uma vez comprometidos com a não-ação, torna-se cada vez mais difícil a intervenção ocorrer devido à dissonância cognitiva e à crença no mundo justo. Estas e outras razões podem dissuadir os espectadores de agir ou de prestar de ajuda, uma vez comprometidos com um padrão de inação (Woolf, 2005, p. 120).

A inação da conformidade é um importante desafio para o ideal de que podemos nos projetar e empatizar com quem compartilhamos uma humanidade comum, quer sejam estranhos ou vizinhos. A conformidade não é apenas uma forma de dissociação psicológica autoprotetora, mas seria uma narrativa consciente da construção coletiva de disponibilidade moral e pode, portanto, limitar as aspirações humanistas. A conformidade pode ser, por outro lado, uma dimensão necessária da nossa capacidade de absorver atrocidades em massa, paradoxalmente confirmando nossas ideias sobre empatia e humanidade – só podemos responder com

entorpecimento ao que sentimos em excesso – o que tornaria a prática humanitária cada vez mais problemática (Baum, 2008).

Os líderes

Raymond Aron escreve, em relação ao holocausto nazista: “vejo apenas uma conclusão, alarmante: a causa do genocídio foi o ódio obsessivo de um pequeno grupo de homens, que chegou ao poder, graças a uma crise nacional ou social” (Sémelin, 2009, p. 81).

A pesquisa e teoria psicológica voltada para a compreensão da violência coletiva, às vezes chamada de psicologia do mal - tende a concentrar-se em três grupos: vítimas, agressores e espectadores. Porém, aqueles que instigam a violência coletiva precisam ser diferenciadas dos que posteriormente irão realizá-la. Podemos chamar os primeiros de instigadores, e os últimos de executores (Newman, 2002, pg.260).

Instigadores oferecem esperança aos seus seguidores, geralmente em tempos de crise social em que muitos estão à procura de significado e um sentimento de pertencimento em suas vidas. Esta esperança fornece energia e uma visão comum, que muitas vezes, porém, repousa sobre o ódio e a desconfiança, e se baseia em violência contra um bode expiatório. Em troca, os instigadores transmitem uma nova forma de coerência a um sistema social instável. Instigadores, em particular os mais notórios como Hitler, parecem se caracterizar por uma sensação de singularidade que geralmente falta em seus burocratas (Newman, 2002, pg.262). Outro fator crítico que distingue instigadores de executores é a capacidade de aquisição de poder e controle sobre a informação e conhecimento (e não apenas do dinheiro e da força física/militar). Instigadores atingem posições mais altas de autoridade do que os executores, muitas vezes ditatorial. Além disso, os papéis que os executores assumem muitas vezes é sancionado pelos líderes instigadores (Newman, 2002, pg.264).

Os complexos processos que conduzem ao genocídio não podem ser reduzidos aos líderes de um regime e muito menos a sua suposta "insanidade".

Porém, o genocídio só ocorre quando se combina calculismo e mentes desesperadas e paranóides. O plano para acabar com todo um povo, “sem deixar ninguém pra contar a história” só pode “nascer nos corredores superiores do poder”, e requer a máquina do estado para implementar essa visão utópica de sociedade. Se o ganho econômico ou aquisição territorial, a vingança ou a segurança motivarem uma campanha genocida contra um determinado grupo, os líderes do regime acreditarão na justiça de sua causa e, portanto, serão incapazes de admitir que sua política foi criminosa (Bloxham et al., 2010, p.99).

Uma característica dos estados genocidas é a presença de um governante e uma forma de governo autoritários. Esses Estados têm muitas vezes um forte histórico de obediência aos governantes, bem como uma falta de tolerância à diversidade (Woolf, 2005, p. 106).

Líderes autoritários são capazes de promover ideologias destrutivas dentro de suas próprias culturas. Tais ideologias muitas vezes são apresentadas como morais, altamente idealistas, e para o bem maior de todos. Assim, enquanto os líderes podem ou não acreditar em suas próprias ideologias defendidas, eles são capazes de criar seguidores fanáticos. Os líderes são capazes de responder às necessidades de seus seguidores e manipular o contexto para a seu próprio sucesso. Nações e culturas são profundamente impactadas por seus líderes e estruturas de poder. Líderes que exigem crença incondicional e apoio estão em posição de manipular não só as informações recebidas por seus seguidores, mas também se a cultura deve promover a tolerância e ação construtiva ou o ódio e a violência destrutiva (Woolf, 2005, p. 107).

As chamadas "personalidades autoritárias", as pessoas que têm um compromisso rígido com suas crenças políticas e religiosas, são intolerantes às diferenças, e preferem viver em uma sociedade hierárquica em que toda a gente sabe o seu lugar, são os mais propensos a serem líderes de extermínio (Morrock, 2010, p.8). Sémelin (2009, p.61) fala do “desejo louco de se querer construir um mundo sem conflitos, sem inimigos” como um dos vetores da violência em massa. E, sim, isso está presente em qualquer manifestação de fanatismo, esse incômodo profundo com a diferença. Essa sensação da necessidade de validação externa da nossa ideologia para que nos sintamos seguros da sua realidade e validade.

A literatura indica que a violência é mais provável de ser instigada por pessoas com autoestima elevada, porém instável, do que por pessoas com autoestima estável, seja ela alta ou baixa. Quando as pessoas com autoestima elevada e instável se deparam com avaliações negativas vindas de outras pessoas, elas experimentam uma ameaça exagerada ao ego, com uma tendência a uma resposta irritada, hostil, como um meio de fugir do sofrimento potencial de uma revisão negativa da sua autoimagem. Por isso, indivíduos altamente sensíveis podem reagir com hostilidade considerável para ameaças ao ego aparentemente sem importância (Newman, 2002, pg.267).

O histórico da personalidade autoritária foi associado a: pais que haviam sido distantes, trabalhadores, dominantes e sérios; mães que haviam sido moralistas, gentis e com tendência ao autosacrifício. Quando crescem, a prole desses casais idealiza seus pais, tem superegos fortes, expressos como alto nível de punição, etnocentrismo e moralidade ortodoxa; e egos fracos, expressos pelo uso de repressão, negação e projeção, bem como uma tendência para a superstição e estereótipos e uma ênfase em poder e força (Newman, 2002, pg.67). A cadeia causal proposta pela teoria, como resumido por Duckitt (1989), seria: métodos educativos punitivos e rigorosos resultando em ressentimento em relação à autoridade, que deve ser reprimido e deslocado devido ao medo dessa autoridade sendo, portanto, expressa por máscaras sociais superficiais que incluem submissão à autoridade, pensamento rígido, uma tendência à superstição, intolerância à ambiguidade, uma moral predominantemente convencional, rejeição à fraqueza e ao não-conformismo, hostilidade à grupos externos e aversão à introspecção e subjetividade. Esses traços de personalidade se manifestam como um conjunto de atitudes e crenças de apoio a líderes, políticas e partidos autoritários, antidemocráticos e discriminatórios (Newman, 2002, pg.70).

O estilo cognitivo autoritário seria: rígido, com preferências e atitudes categóricas (preto ou branco, tudo-ou-nada) e intolerância à ambiguidade. Autoritários tendem a ter baixa necessidade de introspecção, dificuldade em reconhecer a legitimidade de perspectivas alternativas ou de encontrar soluções integradoras, e necessidade elevada de estrutura e de conclusões rápidas que descartem ideias contraditórias; seria o oposto do estilo de pensamento racional, de

mente aberta, flexível e complexo que cientistas sociais assumem como necessário para decisões, atitudes e comportamentos moralmente e pragmaticamente otimizados. De fato, parece que indivíduos autoritários são mais rápidos em formar estereótipos errados de grupos e aplicar esses estereótipos a indivíduos (Newman, 2002, pg.74). Porém, o que hoje se pensa é que traços autoritários de personalidade levam a uma tendência a conformidade e obediência. Nos genocídios, porém, se essas características levam a colaboração com o agressor ou à resistência seria determinado por fatores situacionais, mesmo que as estruturas cognitivas sejam semelhantes (Newman, 2002, pg.77).

Pessoas se voltam para líderes em tempos difíceis, e enquanto liderar o grupo em direção à resolução construtiva dos problemas da vida pode ser difícil e perigoso, existe sempre o potencial para se tentar fazer isso. Em vez disso, infelizmente, os líderes e as elites muitas vezes preferem desviar a culpa para um bode expiatório, por meio de ideologias destrutivas, propaganda contra grupos desvalorizados e "inimigos", e criar grupos paramilitares ou outras instituições que se tornam instrumentos de violência (Newman, 2002, pg.21).

Logo no início, os líderes autoritários buscam desenvolver uma estrutura militar ou quase militar. Fardas e regras claramente identificáveis facilitam a disposição dos indivíduos em cometer atos de violência em nome do Estado, por meio dos processos de desindividuação, reforço, conformidade, e difusão de responsabilidade. O desenvolvimento de jargão exclusivo do grupo facilita a associação e a identificação, conformidade e isolacionismo. O uso da linguagem eufemística também faz parte do escalonamento da violência e da exclusão moral do grupo-alvo (Woolf, 2005, p. 106-7).

A formação de grupos, sejam militares ou organizações paramilitares, ou mesmo grupos de jovens, fomenta o anonimato, a compartimentalização da função e, conseqüentemente, a difusão de responsabilidade entre os seus membros. Grupos coesos, como aqueles que existem nos escalões superiores de uma estrutura totalitária, tendem a promover um estilo de tomada de decisão que enfatiza a manutenção da harmonia do grupo. Conseqüentemente, os grupos que têm este tipo de dinâmica, rotulada de "*groupthink*", tendem a concordar consistentemente com o líder, suprimir avaliações realistas da situação e ignorar possíveis pontos de vista

alternativos (Woolf, 2005, p. 111).

A eliminação de opositores políticos por meio da expulsão, prisão ou morte tem sido comumente empregada por líderes totalitários, começando por indivíduos de dentro do grupo com ideologias moderadas ou opostas aos líderes. Tais esforços não só diminuem significativamente vozes de oposição, mas também criam um clima que facilita o “*groupthink*” e a polarização da ideologia destrutiva. Com o tempo, o poder torna-se altamente centralizado e pode ser estendido para as organizações não estatais, tais como a mídia (Woolf, 2005, p. 106).

A propaganda de guerra, com o objetivo de convencer uma nação a cometer atos de agressão contra “o inimigo”, é um caso muito bem documentado onde os líderes manipulam fatores psicológicos sociais para promover seus interesses. Se esse recurso for bem utilizado, a guerra torna-se coerente com os valores da sociedade e até mesmo a propaganda mais flagrante é rotulada de “notícia” e considerada necessária para “apoiar as tropas”. A propaganda é eficaz sobretudo quando os destinatários têm opiniões fracas ou ambíguas a respeito do tema em questão ou quando sofrem exposição maciça (Woolf, 2005, p. 110).

Ao mesmo tempo que os líderes promovem o aumento progressivo da violência, ao longo do tempo, contra o grupo alvo, eles removem sistematicamente os direitos deste, tornando cada vez mais difícil a resistência aos níveis crescentes de violência. Além disso, uma série de processos paralelos é implementada para assegurar que os membros “moderados” do grupo dominante sintam-se menos dispostos a protestar contra o tratamento dispensado ao grupo-alvo (Woolf, 2005, p. 113).

Conclusão

Se quisermos sobreviver melhor, precisamos ter uma visão da humanidade tanto como comunidade global quanto do seu potencial para a violência. Se nos iludirmos que somos a espécie civilizada que parecemos ser na superfície, estamos condenados a repetir os erros do passado, apenas com armas mais poderosas e devastadoras.

Toda teoria deve servir a um propósito maior que a simples descrição de um fenômeno. Ela deve também tentar prever fenômenos futuros, ajudar a direcionar recursos, evitar o desperdício de tempo e energia em ideias que possam ser lógicas, mas não realistas ou pragmáticas. A amplitude do conceito estabelecido pela ONU, por exemplo, pode atrapalhar o entendimento das especificidades do genocídio, dificultando sua possível prevenção. A abrangência do conceito de genocídio estabelecido pela ONU pode ter como objetivo impedir a impunidade do maior número possível de atos de violência contra um grupo específico, mas, teoricamente, coloca no mesmo campo um genocídio como o de Ruanda e a dizimação indígena por colonizadores nas Américas. A motivação psicológica por trás desses atos de violência é distinta. A morte causada por busca de território ou dinheiro é impessoal, e já o genocídio é o oposto, não tendo nada mais pessoal que o ódio.

O que explicaria essa forma de violência não ser tão comum como a violência urbana, portanto? Fatores como as heurísticas mentais e o momento histórico de estresse são universais, não podendo ser considerados como fatores decisivos. Restam os líderes e ideologia de ódio e antagonismo. Apesar da raridade dos líderes, que são uma combinação específica de personalidade autoritária com carisma e capacidade de liderança, seu instrumento principal de incitação da violência é o antagonismo que já precisa estar semeado na cultura. É difícil estabelecer se qualquer cultura tem espaço e motivação para o ódio, e bastaria que o líder se aproveitasse desse potencial, ou se são culturas onde já existem as sementes de um antagonismo que permitem ou incentivam o aparecimento de líderes intolerantes e autoritários.

O discurso de indignação e de apoio moral talvez seja o único recurso que as instituições internacionais tenham contra o genocídio. O mecanismo da inação torna-se mais forte com o tempo, então se uma atitude não for tomada no início, provavelmente não será tomada nunca. Assim, ou se estabelece um protocolo de intervenção imediata entre países ou é melhor não se gastar recursos com essa ilusão, mantendo-se apenas as condolências diplomáticas protocolares. Um protocolo de intervenção imediata é irreal não só porque afeta a soberania dos Estados, mas porque a definição do que está acontecendo no país nem sempre é tão clara logo no

início da violência. Seria preciso distinguir claramente manifestações de terrorismo, de guerra civil e de genocídio, por exemplo.

A racionalidade humana não é um juiz, que pesa as evidências de ambos os lados, é um advogado, que tenta justificar seus atos diante das circunstâncias e dos outros. Se nossas crenças não são racionais, mas intuitivas, e se estamos a mercê de líderes que conseguem influenciar nosso cérebro intuitivo/emocional, o caminho da ideologia para o fanatismo e a violência não pode nos parecer estranho, alheio. Todos nós formamos ideologias (conscientes ou não), criamos metáforas sobre como o mundo funciona. A característica do fanatismo seria não só o grau obsessivo de aversão às opiniões contrárias, mas a necessidade de aniquilar o portador, simbólica ou concretamente. E a melhor prevenção contra isso ainda é a convivência com aqueles que discordam de nós, é a decisão consciente de não permanecer apenas entre pessoas que compartilham nossas ideias e crenças e não nos tiram da nossa zona de conforto.

Bibliografia

BAUM, Steven K. The psychology of genocide. Perpetrators, Bystanders, and Recuers. Cambridge, UK, 2008

BLOXHAM, Donald; MOSES, A. Dirk (Ed.). The Oxford handbook of genocide studies. Oxford University Press, 2010

DALLAIRE, Roméo; SARTY, Roger. Shake Hands with the Devil: The Failure of Humanity in Rwanda. *International Journal*, v. 59, n. 2, p. 445, 2004

DUTTON, Donald G. The psychology of genocide, massacres, and extreme violence: why "normal" people come to commit atrocities. Greenwood Publishing Group, 2007.

MCDOOM, Omar. War and Genocide in Africa's Great Lakes since Independence. na, 2010

MORROCK, Richard. The Psychology of Genocide and Violent Oppression: A Study of Mass Cruelty from Nazi Germany to Rwanda. McFarland, 2010

NEWMAN, Leonard S.; ERBER, Ralph (Ed.). Understanding genocide: The social psychology of the Holocaust. Oxford University Press, 2002

SÉMELIN, Jacques. Purificar e destruir: usos políticos dos massacres e dos genocídios. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009

SOUZA, Janine Pacheco. A convenção para a prevenção e repressão do crime de genocídio (1948). *Relações Internacionais e Direitos humanos*, p. 75, 2011

VANSINA, Jan. Antecedents to modern Rwanda: the Nyiginya kingdom. Univ of Wisconsin Press, 2005

WOOLF, Linda M.; HULSIZER, Michael R. Psychosocial roots of genocide: Risk, prevention, and intervention. *Journal of Genocide Research*, v. 7, n. 1, p. 101-128, 2005

ZIMBARDO, Philip. The Lucifer effect: Understanding how good people turn evil. New York, 2007